



AULA AO VIVO(02/04/2013) - ESTRUTURA DA REDAÇÃO

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Definição

O desenvolvimento constitui a maior parte do texto dissertativo, e é nele que a introdução é expandida. Sua função principal consiste em defender a visão de mundo do enunciador, explicitada ou sugerida no primeiro parágrafo do texto. É desnecessário dizer que o desenvolvimento é a parte mais importante da dissertação, pois é nele que surgem os principais **recursos argumentativos** – justamente aqueles que vão ser responsáveis pelo **convencimento** do leitor.

2.2. Parágrafo

Quando pensamos no conceito de “parágrafo”, é comum o imaginarmos sob o escopo puramente formal, como um emaranhado de linhas que se distinguem do todo por haver um espaçamento entre a primeira palavra e a margem esquerda da página. Essa visão é nitidamente equivocada, uma vez que a verdadeira noção de parágrafo vem do plano semântico – e não estrutural.

Como dissemos, a maior parte do espaço do texto é “consumida” na fase do desenvolvimento. Para que seja possível ao leitor compreender o todo textual, é imperativo que o raciocínio do enunciador seja dividido em “etapas” ou “segmentos” menores. Cada um desses segmentos é o que chamamos **parágrafo**. Então, podemos definir assim:

Parágrafo é a unidade do texto que desenvolve um núcleo semântico principal, associado a núcleos acessórios, que devem ser articulados entre si para produzir sentido.

Em outras palavras, o parágrafo de desenvolvimento jamais poderá desenvolver duas idéias principais. Cada uma dessas idéias, separadamente, deverá estar contida em um único parágrafo.

Além disso, devemos considerar também como deve ser a **estrutura interna** de um parágrafo-padrão de desenvolvimento. Nesse sentido, podemos afirmar que duas partes são inerentes a um bom parágrafo: o **tópico-frasal** – um período-síntese da idéia que será desenvolvida – e a **ampliação** – que nada mais é do que o “desembrulhar” do tópico-frasal.

Leia com atenção o exemplo abaixo, escrito para uma redação sobre a **criminalidade no Brasil**:

Além disso, deve-se atentar para os fatores socioeconômicos implicados no processo. Ao contrário do que pensa a maioria, não é a pobreza, mas sim o contato desta com a riqueza, que faz com que a criminalidade seja tão presente em nossa sociedade. De fato, em um país em que crianças descalças, sem qualquer perspectiva de ascensão social, fazem malabarismos para pessoas trancadas no interior de seus confortáveis veículos, é mais provável que o crime surja como uma grande “válvula de escape”.

No parágrafo de desenvolvimento anterior, o primeiro período constitui o tópico frasal; os demais períodos são responsáveis pela ampliação – no caso, feita pelo processo de exemplificação.

2.3. Coerência

Em uma análise superficial, ser coerente significaria “não cair em contradição”. Entretanto, uma análise mais aprofundada permitiria trabalhar a coerência como a **produção de sentido** para o texto dissertativo. Essa “produção de sentido” deve ser buscada sob duas perspectivas distintas, mas complementares; é o que chamamos de coerência **interna** e de coerência **externa**.

Entende-se por coerência interna o conjunto de informações não contraditórias e seqüenciadas logicamente que compõem o todo textual. Por exemplo, em um texto em que se busca avaliar as **causas**, as **conseqüências** e propor **soluções** para uma determinada questão – cada um desses tópicos desenvolvido em um parágrafo -, parece coerente fazer com que os parágrafos do desenvolvimento sigam **exatamente** a ordem anunciada. Do contrário, teríamos uma situação no mínimo “estranha”: a proposição de soluções para um problema pouco conhecido em profundidade (devido à ausência das causas) pelo leitor.

A coerência externa, por sua vez, trata da associação do texto com o mundo em que vivemos. Em outras palavras, de nada vale uma redação que produz sentido internamente se ela não possui um vínculo de **razoabilidade** com a realidade exterior. Um exemplo disso ocorreria em uma redação em que, ao buscar as soluções para o problema da violência no Brasil contemporâneo, o enunciador propusesse o fim das favelas e o extermínio dos traficantes de drogas. Ora, essa “possibilidade” prescinde de coerência externa por diversos motivos: a) a maioria dos habitantes das comunidades carentes não são violentos; b) mesmo que fossem, seria impossível simplesmente dar um “fim” aos conglomerados habitacionais (onde colocar tanta gente?); c) não existe, oficialmente, pena de morte no Brasil; d) os traficantes não são os únicos responsáveis pela violência. Assim, é claro que o grau de apreciação do corretor sobre um texto desse tipo seria baixo, o que implicaria uma nota ruim.

2.4. Coesão

A coesão e a coerência estão intimamente ligadas. Se a segunda é responsável pela parte do conteúdo, pode-se dizer que à primeira cabe a responsabilidade sobre o **plano formal** do texto. Sem dúvida alguma, é impossível um texto produzir sentido sem que haja algum tipo de ligação entre suas partes. É aí que entra o conjunto de mecanismos conhecido como **recursos de coesão**.

Os recursos de coesão são inúmeros: pronomes, advérbios, sinônimos, epítetos, metonímias, frases de apoio, termos-síntese, entre outros, contribuem para um melhor entendimento do texto. No futuro, uma aula específica trará maiores esclarecimentos e considerações sobre tais mecanismos.

Na aula de hoje, é válido destacar dois recursos principais: os **conectivos** (ou conectores), entre os quais se destacam as conjunções coordenativas e subordinativas, as palavras ou expressões denotativas e os advérbios; e os chamados “**ganchos**” **semânticos**, que são espécies de “pontes” para a continuação do raciocínio.

A seguir, listamos alguns dos principais recursos argumentativos de que o aluno pode dispor para construir seu desenvolvimento. Analise-os com cuidado.

2.5. Argumentação

Argumentação é, grosso modo, um conjunto de procedimentos lingüísticos utilizado pelo enunciador para convencer o leitor, obtendo sua adesão. A seguir, listamos alguns dos principais recursos argumentativos de que o aluno pode dispor para construir seu desenvolvimento. Analise-os com cuidado.

2.5.1. Recursos Argumentativos

2.5.1.1. Argumento de Autoridade

Caracteriza-se pela citação de um pensamento ou frase de uma autoridade no assunto que está sendo debatido. Entenda-se como autoridade o indivíduo que possui algum tipo de “especialização” no assunto em pauta e é reconhecível pelo homem médio.

Há prós e contras na utilização desse tipo de argumento. O seu emprego é positivo quando permite evidenciar capacidade de leitura e reflexão por parte do enunciador, inter-relacionando discursos. É o que chamamos de **intertextualidade**. O caráter negativo, por sua vez, resulta do perigo de o pensamento que compõe o texto seja mais expressivo e contundente que o discurso do próprio enunciador. É por isso que o argumento de autoridade deve ser utilizado sempre com comedimento e bom senso, sob pena de retirar a marca de pessoalidade do discurso.

2.5.1.2. Argumento de Prova Concreta

É extremamente eficiente se utilizado com correção, pois aparece em forma de dados estatísticos, leis, definições do dicionário, fatos de conhecimento público, entre outros. Dá força e consistência à idéia defendida, uma vez que se baseia na realidade.

2.5.1.3. Argumento Organizado pelo Raciocínio Lógico

Existem três processos principais de organização da argumentação: o dedutivo, o indutivo e o dialético. Em uma aula futura, veremos especificidades acerca de cada uma dessas possibilidades de estruturação do raciocínio.

2.5.1.4. Argumento de Competência Lingüística

Se partirmos do pressuposto de que a palavra é o veículo do pensamento, é necessário, antes de tudo, que tenhamos plena consciência do uso dela (e da linguagem como um todo) para que expressemos com clareza e poder de convencimento o que pensamos. É o que acontece, muitas vezes, em um tribunal: o advogado que possui maior domínio da linguagem pode ganhar o caso em tela se for capaz de convencer o juiz, mesmo sem “provas” concretas daquilo que afirma.

2.5.1.5. Argumento por Ilustração ou Exemplificação

É o mais comum dos expedientes argumentativos. O uso do exemplo na redação traz duas vantagens principais para o enunciador: a) ilustra a idéia, tornando-a clara para o leitor. b) revela que o enunciador baseia-se na realidade para construir seu argumento, o que faz com que o texto fique mais convincente. É por essa dupla função que o exemplo costuma ser bem-vindo em um texto dissertativo.

Contudo, o excesso de exemplos pode ser prejudicial. Isso porque muitos alunos acabam recorrendo a esse expediente sem qualquer tipo de interpretação da realidade, atendo-se apenas à exposição dos fatos. O texto perde sua força de convencimento e acaba por incorrer em um problema fundamental: torna-se um texto **expositivo**. Por isso, o expediente do uso de exemplos deve vir sempre acompanhado de bom-senso por parte do enunciador.